

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17186 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 02 - Ensino Médio

PESQUISAS SOBRE O ENSINO MÉDIO: DADOS E REFLEXÕES A PARTIR DE 2018

Eliane Cleide da Silva Czernisz - UEL - Universidade Estadual de Londrina

Camila Aparecida Pio - UEL - Universidade Estadual de Londrina

PESQUISAS SOBRE O ENSINO MÉDIO: DADOS E REFLEXÕES A PARTIR DE 2018

RESUMO: O texto apresenta dados de pesquisas que analisam a reforma do Ensino Médio a partir de 2018. Com base em dissertações e teses produzidas na área da Educação, questiona como as pesquisas foram desenvolvidas, que referenciais teóricos adotaram, e quais as principais alterações da reforma. O objetivo é desenvolver o mapeamento das pesquisas desenvolvidas e analisar as principais alterações do Ensino Médio. O resultado da análise indica a predominância de estudos que tecem críticas à reforma, que utilizam a legislação da reforma, e que indicam o alinhamento da formação à lógica adaptativa do mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais. Ensino Médio. Pesquisas em Educação

O Ensino médio brasileiro tem estado constantemente no foco de discussões educacionais, tanto por sua importância para a formação das juventudes no cenário brasileiro, quanto pelo fato de ser uma etapa educativa em constantes disputas. Conforme afirmaram Gonçalves, Filho e Santos (2024, p. 05), as discussões sobre a necessidade de reformulação do Ensino Médio não é nova, “há anos, vinha se propondo mudanças, sobretudo por think tanks educacionais, como o grupo denominado Movimento Todos pela Educação, além de grandes conglomerados de educação privada”. O curso reformista que tratamos nesse texto engloba a reforma que se desenvolve desde 2016, quando inicialmente foi apresentada por uma Medida Provisória (MP) n. 746/2016 fortemente contestada, fato que permanece até hoje, num processo de reforma da reforma, como visto na aprovação recente, e com muitas divergências, da Lei n. 14.945/2024.

É preciso observar que as alterações do ensino médio desde a MP não modificaram apenas a organização curricular, o que explicita, em parte, o que se pensa sobre essa importante etapa educativa para o desenvolvimento da educação brasileira. Isso significa que estamos a tratar de uma reforma que altera a concepção da formação, que reduz o acesso aos conhecimentos cientificamente elaborados imprescindíveis a serem proporcionados aos estudantes, e que desconsidera áreas de conhecimentos fundamentais para formação no Ensino Médio. E é preciso lembrar que essa formação é justificada pela escolha do estudante,

que terá como fundamental a elaboração do seu “Projeto de Vida”, um dos componentes curriculares centrais da reforma. Diante dos aspectos mencionados, é evidente que cairá sobre o colo dos estudantes a responsabilidade pelas escolhas dos itinerários. Vale destacar a opinião de Gonçalves, Filho e Santos (2024, p. 07), de que a reforma do Ensino Médio “escancarou um discurso que mescla individualismo, utilitarismo, uma noção distorcida de liberdade[...]”.

Acresce-se também a esses aspectos, o modus operandi da reforma num primeiro momento de forma intempestiva, e num segundo momento, o que corresponde à implementação do denominado ‘Novo Ensino Médio’, uma linha orientadora claramente neoliberal que nos permite afirmar o norteamento do currículo por interesses do mercado, voltado à formação que privilegiam o desenvolvimento de competências socioemocionais, que reforçam a perspectiva adaptacionista dos estudantes, ajustando-os ao mundo em que vivem, a destinos sociais de negação de conhecimentos imprescindíveis ao desenvolvimento da cidadania. Na análise de Silva (2018, p. 12), trata-se de uma proposta formativa que leva à adaptação ao mercado, uma educação de caráter instrumental, “[...] mostra-se limitada por seu caráter pragmático e a-histórico”. (Silva, 2018, p. 12)

Frente a essas alterações que entendemos abranger a forma, o conteúdo, o modo como foi impulsionada é que surgiu a intenção dessa pesquisa que se encontra em andamento. Buscamos identificar como as pesquisas desenvolvidas sobre o Ensino Médio no Mestrado e Doutorado em Educação contam esse processo de reforma. A questão de partida para as reflexões são: Como foram desenvolvidas as pesquisas sobre o Ensino Médio a partir da Lei n. 13415/2017? Que referenciais teóricos e metodológicos seguiram? Quais críticas ou alternativas apresentam à Reforma do Ensino Médio?

O objetivo geral da pesquisa é mapear e analisar as pesquisas de mestrado e doutorado que versem sobre a reforma do ensino médio promovidas pela Lei n. 13.415/2017, desenvolvidas em programas de pós-graduação, com concentração na área da Educação, no período de 2018 a 2026. Com os objetivos específicos buscamos: levantar e analisar nas pesquisas de mestrado e doutorado os principais documentos de políticas utilizados; mapear os autores utilizados no referencial teórico e as metodologias indicadas para o desenvolvimento das pesquisas; sistematizar os apontamentos sobre as principais alterações do ensino médio e suas implicações.

Consideramos uma pesquisa importante para observar como a reforma vem sendo percebida, que análises o seu estudo tem proporcionado, assim como poderá trazer dados sobre o processo de reforma, verificar as metodologias empregadas para o desenvolvimento das pesquisas, os resultados, os teóricos mobilizados para sua fundamentação, além das alternativas que são mencionadas. Para obter tais dados utilizamos a pesquisa bibliográfica, que entendemos possibilitar rever a “[...] literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico” (Pizzani et al., 2012, p. 54), além de contribuir para a fundamentação teórica e metodológica das pesquisas, como se verifica em Lima e Miotto (2007).

O levantamento das pesquisas está em curso, e abrange o ano de 2018, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, assim como na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Optamos por iniciar com pesquisas concluídas no ano de 2018, pelo fato de que as discussões sobre a reforma tiveram início com a MP 746/2016, seguida da Lei n. 13.415/2017, e em 2018 as primeiras pesquisas já apresentam reflexões, mesmo que parciais, sobre a reforma do ensino médio.

Fundamentamos a análise da pesquisa com o método materialista histórico-dialético, por entendermos, como explicitou Netto (2011, p. 53), possibilitar ao pesquisador “[...] na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”. Essa escolha se dá pela possibilidade de interpretação da realidade a partir de uma reflexão que considere categorias como: historicidade, contradição, totalidade, mediação, reprodução, práxis.

Na sequência destas definições procedemos ao levantamento que proporcionou encontrar 17 dissertações e 04 teses de doutorado no ano de 2018, até o momento de desenvolvimento da pesquisa. Dentre as dissertações, 02 foram desconsideradas por não estarem disponíveis para serem divulgadas; da mesma forma, 01 tese foi desconsiderada. Das 15 dissertações restantes, verificamos que tratam da etapa do ensino médio com foco na formação da juventude, no tempo integral, nos limites para a formação, no dualismo da formação. Já, entre as teses analisadas, destaca-se a ocupação das escolas como resistência das juventudes e organização contra-hegemônica à reforma do EM, assim como o EM em tempo integral.

Percebemos nesse estudo, que tanto as dissertações, quanto as teses, utilizaram a legislação como documentos da reforma do EM para desenvolver as análises da pesquisa. Três dissertações e duas teses utilizaram coleta de dados junto aos estudantes. Como resultados, podemos inferir que nas pesquisas analisadas, referentes ao ano de 2018, predominam as pesquisas de tipo bibliográfico e documental, sendo que a legislação específica da reforma – Lei n. 13.415/2017 e MP n. 746/2016 são abordadas. Também predominam as pesquisas com enfoque crítico à reforma, de modo a explicitar as incongruências dos encaminhamentos reformistas como: reforma anti-democrática, que atende aos anseios do mercado, que produz o dualismo educacional, reducionista a conteúdos básicos, compromete o trabalho docente, flexibiliza a formação, visa a formação de capital humano.

Os resultados ainda que parciais, permitem inferir que as pesquisas desenvolvidas explicitam as críticas feitas no momento inicial da reforma, aspectos que permanecem até os dias atuais, que não foram alterados com a legislação que vem sendo compreendida atualmente como a “reforma da reforma” do ensino médio.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Lei nº 13.415/2017**, de 17 de fevereiro de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm

Acesso em 03/01/2024.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálises**. Florianópolis, v. 10, n. esp. P. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?lang=pt> Acesso em 03/01/2024.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.65 p.

PIZZANI, L.; SILVA, Rosemary Cristina; BELLO, Suzelei Faria; HAYASHI, Rosemari Cristina Piumbato Inocentinni. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, V. 10, N. 1, p. 53-66, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896> Acesso em 03/01/2024.

SILVA, Monica Ribeiro. A BNCC na reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 34, 2018. p. 1-15. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/V3cqZ8tBtT3Jvts7JdhxxZk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 03/01/2024.

GONÇALVES, Daniyelle Nilin; FILHO, Irapuan Peixoto Lima; SANTOS, Harlon Romariz Rabelo. Escola pública e discurso meritocrático: propostas de reforma do ensino médio e expectativas dos estudantes. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 50, e273348, 2024. p. 1-22. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/StWmRbsbCsmgmgdCTY4YLFk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12/05/2024.